

O Isolamento Internacional de Taiwan e a Abertura de Canais Diplomáticos Não Governamentais

Jorge Tavares da Silva

Doutorando em Política Internacional e Resolução de Conflitos pela Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra

Resumo

Apesar do aumento das interações socioeconómicas e da melhoria generalizada das relações entre a China e Taiwan,¹ esta ilha permanece jurídica e politicamente fragilizada no sistema internacional. Pressionada por Pequim, a República da China (ROC) está impossibilitada de participar em muitos organismos regionais e globais, em especial aqueles que incidem em questões de segurança. Os insulares, no entanto, beneficiam de um conjunto de intermediações individuais, processos e redes da sociedade civil de natureza não governamental, que ajudam não só a sair do seu isolamento como a estabelecer relações com a China continental. O nosso objectivo é avaliar de que forma essas dinâmicas se têm evidenciado nas relações bilaterais e qual o seu contributo para a transformação do conflito.

Abstract

Taiwan International Isolation and the Opening of Non-governmental Diplomatic Channels

Despite the increase in socio-economic interactions across the Taiwan Straits, and the general improvement of relations between China and Taiwan, the island remains legally and politically weakened in the international system. Pressed by Beijing, the Republic of China is unable to participate in many regional and global organizations, especially those that focus on issues of international security. The islanders, however, benefit from a set of non governmental processes and networks that not only help to get out from political isolation as to establish relations with the mainland China. Our main objective is to assess how these dynamics have been relevant to bilateral relations and what are their contributions to the transformation of the conflict.

1 Neste trabalho usamos indistintamente as designações Formosa, República da China (ROC) ou Taiwan quando fazemos referências à ilha e China ou República Popular da China (RPC) no caso da China continental.

Introdução

O sistema internacional continua a contar com um conjunto considerável de estados ditos “irregulares”, o que de acordo com as linhas gerais da Convenção de Montevideu¹ são aqueles que detêm um reduzido reconhecimento político.² São exemplos a Somalilândia, o Sara Ocidental, a Abecásia, Taiwan ou a Palestina, entre outros.³ Limitados na sua acção diplomática devido aos condicionalismos políticos, os governos não reconhecidos desses territórios, recorrem habitualmente a canais de comunicação informais e não oficiais⁴ (Silva, 2010, 163-179). Trata-se de um conjunto de contactos e dinâmicas comunicacionais, desenvolvidas entre indivíduos, grupos ou redes socioeconómicas, fora da esfera governamental, independentemente do maior ou menor grau de conflitualidade.⁵ O aumento destas interacções, nos seus

-
- 1 Na designação completa *The Montevideo Convention on the Rights and Duties of States* (1933), encontramos no seu artigo 1.º os critérios tradicionais para a formação de soberania: uma população permanente, um território definido, um governo e a capacidade de se relacionar com os outros estados (Raič, 2002, 24).
 - 2 Segundo o direito internacional existem duas teorias distintas sobre a atribuição de “reconhecimento” a um determinado governo ou estado: a teoria constitutiva e a teoria declaratória. A primeira define o Estado como um sujeito de direito internacional público que para adquirir soberania necessita de ser reconhecida pelos outros. A segunda preconiza que o reconhecimento é um acto voluntário, preenchendo os requisitos do artigo 1.º da Convenção de Montevideu, necessitando apenas de uma declaração para que se torne sujeito de Direito Internacional Público (Dixon, 2007, 126-129; Raič, 2002, 28-33).
 - 3 Ainda que muitas vezes os processos sejam mais políticos que jurídicos, os países com limitações de reconhecimento internacional são de dois tipos. Em primeiro lugar, aquelas que apresentam o domínio completo ou parcial do território reivindicado, tendo portanto um governo autónomo “de facto” e declaram o direito de independência. Em segundo lugar, aqueles que apesar de não possuírem o domínio sobre o território reivindicado, recebem o reconhecimento de pelo menos uma nação reconhecida, sendo portanto uma reivindicação *de jure*. Na verdade, segundo Malanczuk (2007, 88-89), esta é uma asseveração tecnicamente incorrecta, porque deveria aplicar-se, em primeiro lugar, aos governos ou ao poder e não aos estados.
 - 4 Consideramos existir uma diferença semântica importante entre “diplomacia informal” e “diplomacia não oficial”. Enquanto a classificação de “informal” procura designar um tipo de diplomacia que, ainda que possa ser praticada por membros de um governo, decorre num ambiente relaxado, não sujeito a regras rígidas, registos escritos ou protocolos, que condicionam o comportamento dos intervenientes, a expressão “não oficial” pretende designar a diplomacia praticada sem a permissão ou aprovação de uma determinada autoridade, em que os actores e as práticas estão totalmente fora da esfera governamental.
 - 5 De acordo com o *Conflict Barometer* da Universidade de Heidelberg (2010) os conflitos aparecem divididos por não violentos (níveis 1 e 2) e violentos (níveis 3 a 5). Os primeiros, estão enquadrados no grupo dos conflitos de baixa intensidade e no seio destes encontramos o conflito latente e o declarado. O conflito latente, de nível 1, define-se por possuir uma diferença de posição sobre valores definidos de importância nacional, atendendo que as reivindicações são articuladas por uma das partes e percebida pelas outras como tal. O conflito declarado, de nível 2, em que se enquadra o caso de Taiwan, inclui o uso de medidas que estão na fase preliminar ao uso de violência, incluindo a pressão

diversos níveis, tem dado origem a uma plêiade de novos conceitos que apesar de focarem as mesmas dinâmicas variam de caso para caso, são eles: *citizenship diplomacy*, *second track*, *multi-track diplomacy*, *problem-solving workshops*, *interactive conflict resolution e back-channel diplomacy*, entre outros (Azar, 2003, 23; Chigas, 2003). O fenómeno ganhou expressão desde o fim da guerra fria e do colapso do comunismo, altura em que emergiu na cena internacional um novo tipo de activismo que tem colocado os cidadãos, as fundações privadas, as empresas, as universidades e as ONG a partilharem muitas tarefas que anteriormente pertenciam apenas ao domínio dos Estados. Estas interações enquadram-se de forma geral no que se denomina por “nova diplomacia”, baseada em interações do tipo *bottom-up*, isto é, desenvolvidas a partir dos níveis inferiores da sociedade até às elites. Podemos dizer que estas dinâmicas contribuem para a criação de pontes de compreensão entre comunidades ou sociedades em desarmonia tendendo para aumentar a confiança, corrigir incompreensões, alterar mentalidades acerca de como é o “outro”. O crescente protagonismo dos cidadãos nos assuntos de interesse público pode ser visto, por exemplo, no recente projecto de “Grande Sociedade” desenvolvido por David Cameron, em Inglaterra, o qual pretende descentralizar o poder, colocando pais e professores a dirigir as escolas, médicos a eleger hospitais, eleitores a escolher chefes de polícia, e assim por diante (Micklethwait, 2010, 10). No mesmo sentido, também constatamos que as operações de *peacekeeping* são hoje desempenhadas por entidades diversas para além dos estados, quer colectivas ou individuais, dando força à máxima de que “a paz não é estabelecida entre líderes, mas entre povos” (Garrison e Philips, 1989, xiii; McDonald, 1993).

Este fenómeno justifica-se também pelo facto de as interações oficiais apesar de serem as mais predominantes, aparecerem marcadas por uma certa ineficiência e provocarem até efeitos nefastos em determinados cenários. Torna-se evidente esta situação em contextos de conflito, sobretudo aqueles que denominamos de longa duração⁶, quer internos ou internacionais, motivados por questões étnicas,

verbal, a ameaça explícita com violência, ou a imposição de sanções económicas. Os segundos, estão enquadrados no grupo dos conflitos de média (nível 3) e alta intensidade (níveis 4 e 5). Os de média intensidade, também apodados de conflitos de crise, referem-se a situações de tensão nas quais pelo menos uma das partes usa a força da violência em incidentes esporádicos. Os de alta intensidade estão divididos por crise grave (nível 4), quando o uso de violência se faz de forma frequente e organizada e, finalmente, o estado de guerra (nível 5), na qual o uso da violência é usado não só de forma organizada, mas também continuada e sistemática.

6 Os conflitos de longa duração (CLD) são analisados e classificados por Edward Azar (2003, 15-30), por aqueles que assentam, grosso modo, na perpetuação de hostilidade e insegurança, na oscilação da intensidade do conflito, na ausência de um ponto de término previsível e no intricar dos efeitos e na alteração da natureza dos mesmos.

de soberania ou religiosas. Nestes casos as exigências para a transformação destes conflitos não se podem confinar a interações oficiais, formais e imediatistas, pois a profundidade das problemáticas obriga ao empenho de dinâmicas duradouras, envolvendo actores não estatais, em ambientes de baixa pressão, discretos e seguros, sem intimidação jurídica ou coerciva. Estas atmosferas permitem a participação de todos os grupos sociais implicados no conflito, o que normalmente não é possível através das práticas governamentais. Acontece também com alguma frequência, determinados líderes apenas conseguirem expressar os seus pontos de vista sobre questões mais sensíveis quando estando em ambientes relaxados. Ao mesmo tempo, as trocas de impressões e as ideias ali levantadas são registadas e levadas aos membros do governo, provocando o que Dália Dassa Kaye (2007, xiii) classifica por “efeito de transmissão”.

O caso que nos propomos analisar – a “Questão de Taiwan” – é um dos que melhor exemplifica a importância e necessidade das dinâmicas informais no aumento da confiança entre os povos. Desde a década de 1970 que este pequeno território tem sentido dificuldades em resistir ao isolamento internacional a que foi votada, tendo actualmente relações diplomáticas com apenas vinte e três pequenos países e a participação condicionada num número reduzido de organismos internacionais.⁷ Esta “Questão” permanece para Pequim como um “assunto interno” e portanto indisponível para ser abordada em instituições de natureza multilateral e oficial. Ainda assim, fruto de uma nova arquitectura regional e do florescimento de um conjunto de novos organismos vocacionados para o desenvolvimento e segurança, Taipé tem conseguido participar em algumas plataformas informais sob determinadas condições. O presente ensaio pretende demonstrar quais as linhas principais que marcam as interações deste género, toda a sua amplitude, *i. e.*, desde as dinâmicas semi-formais desenvolvidas por membros do governo às interações colectivas da sociedade civil, de forma a verificar como estas estão a contribuir para a transformação do conflito. Começamos por analisar a evolução da situação da ilha de Taiwan no enquadramento geopolítico da RPC, as principais motivações de Pequim na reclamação de soberania e os riscos inerentes, não deixando de fazer referência aos contornos principais do conflito, em especial os factores que conduziram ao estado de impasse. Segue-se uma análise à situação de isolamento da Formosa no sistema internacional, destacando para além de uma escassa diplomacia oficial, um subtil

7 A República da China (ROC), mantém relações diplomáticas com os seguintes países: Em África, com o Burquina Faso, a Gâmbia, São Tomé e Príncipe e a Suazilândia; na América Central e do Sul, com o Belize, a República Dominicana, El Salvador, a Guatemala, o Haiti, as Honduras, a Nicarágua, o Panamá, o Paraguai, São Cristóvão e Nevis, Santa Luzia, São Vicente e Granadinas; na Europa com o Vaticano e na Oceânia, com o Kiribati, as Ilhas Marshall, Nauru, Palau, as Ilhas Salomão e Tuvalu.

conjunto de “canais”⁸ diplomáticos não governamentais que procuram superar as imposições de Pequim e procurar uma afirmação política internacional. Por último, analisaremos com algum detalhe o conjunto daquelas interacções no estreito de Taiwan, de forma a perceber o dinamismo das relações entre as duas comunidades, como se interligam e podem ajudar a desembaraçar o impasse político.

Taiwan no “Imaginário Geopolítico” de Pequim

A inclusão de Taiwan como objectivo primordial na política de reunificação territorial da RPC é um fenómeno que resulta de alguns condicionalismos históricos, de factores geoestratégicos, económicos e políticos. Para as autoridades chinesas perder Taiwan poderia significar um sinal de fraqueza, a abertura de precedentes capazes de incendiar territórios como o Tibete ou Xinjiang. Por outro lado, é indiscutível a capacidade económico-financeira da ilha, um dos tigres asiáticos que serviu de inspiração à abertura da China na década de 1970 e 1980. Além disso, e talvez um dos aspectos mais importantes, a sua localização geográfica tem implícitas motivações de ordem geopolítica. Taiwan e também a ilha de Hainan, têm condições para funcionar como “escudo” na defesa do território chinês e na protecção do tráfego marítimo (Wachman, 2007, 142-152). A verdade é que a China comunista tem alargado a sua área de influência a um espaço regional entre a Ásia Central, o Sudeste Asiático e a Ásia Oriental (Kaplan, 2010, 22-41). A ideia passa pelo estabelecimento de laços de cooperação e de postos de controlo costeiros que Pequim vai estabelecendo no espaço entre o seu litoral e o mar arábico de forma a assegurar as linhas de abastecimento de recursos naturais (Silva, 2009, 221-251). Sabemos que o milagre económico chinês se desenvolve predominantemente nas zonas do litoral onde estão instaladas algumas das suas principais cidades e, portanto, vulnerável à ameaça externa. Não admitir que a ilha Formosa pertença aos domínios de Pequim significa disponibilizar um valioso activo a um qualquer adversário, incluindo naturalmente os EUA. É curioso verificar, no entanto, como a ilha de Taiwan entrou e saiu várias vezes da cartografia oficial chinesa, alternando de acordo com interesses circunstanciais, num quadro geográfico “imaginário” criado pelos sucessivos governos. Este fenómeno não é mais que um processo mental em que uma determinada comunidade constrói o seu próprio território e delimita o do “outro”, este aparecendo classificado, por

8 A expressão “canais” tem origem latina e refere-se ao desvio e transporte de água de um curso principal, que por analogia aqui se entende como desvio do fluxo diplomático principal (oficial).

vezes, como “terra de bárbaros” (Said, 1978, 54).⁹ A ilha Formosa começou por ser olhada como um lugar perigoso, habitado por “selvagens” que se encontrava muito para “além dos mares” (Teng, 2004, 1-15). E tanto estava fora dos domínios políticos do país que em alguns períodos foi decretada pelas autoridades chinesas a proibição de emigrar para regiões insulares, sob pena de execução pública (Roy, 2003, 11). Desta forma Taiwan foi permanecendo apenas como refúgio de exilados políticos, piratas e aventureiros. A fuga de um grupo de resistentes à dinastia Qing no século XVII, dedicados à pirataria e liderados por Coxinga – em chinês Zheng Chenggong – é interpretado por muitos pro-integracionistas como a primeira governação chinesa na Formosa (Clements, 2004, 70-108; Cunha, 2008, 28). A verdade é que mesmo Mao Zedong, numa primeira fase, revelou desinteresse pela ilha e chegou a apoiar a sua independência, tratando os taiwaneses no mesmo pé de igualdade que os coreanos e os hainaneses (Wachman, 2007, 84-85).

O combate fratricida entre comunistas e nacionalistas e o trauma da ingerência do Japão, acabou por refinar o pensamento de Mao, e moldou o discurso do Exército Popular de Libertação (EPL) (Carricho, 2006, 61), voltando a ilha a ser recolocada no “mapa do imaginário” chinês. A partir daqui, nunca mais os comunistas deixaram de reclamar e até tentar recuperar a soberania da ROC. Olhando para o contexto actual, podemos dizer que o conflito, grosso modo, representa uma reminiscência da guerra civil chinesa, que assolou o Império do Meio na primeira metade do século XX, e a consequência da disputa ideológica e territorial protagonizadas pelas duas grandes potências mundiais no período da guerra fria (Silva, 2008, 321). A complexidade da situação dá-se com a fuga dos nacionalistas para a ilha de Taiwan, em 1949 e a posterior protecção americana. A ilha vê-se atirada para uma situação de segunda ocupação externa, depois da entrada dos japoneses, e a ONU depara-se com um problema de reconhecimento diplomático face à existência de “duas Chinas”.¹⁰ A ROC de Chiang Kai-shek, por influência dos EUA, ganhou o estatuto de uma das cinco grandes potências, tendo sido membro permanente do Conselho de Segurança. A China Popular, por sua vez, não consegue a representação no seio da ONU,¹¹

9 Usamos a noção de “geografia imaginária” por adaptação ao conceito de Edward Said na sua obra *Orientalism* (1978) quando este pretende designar o complexo grupo de ideias e imagens em que concepções geográficas tais como “Oriente” e “Ocidente” são historicamente produzidas na mente das pessoas (Teng, 2004, 15).

10 As forças nacionalistas instalaram-se no território desde 1945, logo após a capitulação do Japão, com cerca de 20000 soldados e 200 oficiais, mas a desorganização e má conduta das tropas provocou a indignação das populações, pelo que a chegada em massa em 1949, foi sentida e aumentou a população da ilha com mais 2 milhões de pessoas (Lin e Keating, 2008, 57-61).

11 Em Novembro de 1949 o Governo da China Popular, através do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Chou En-lai, envia um telegrama ao Secretário-Geral da ONU, Trygve Lie, dando-lhe a

sendo sistematicamente boicotada a sua entrada por Washington. Mais uma vez se verifica que o reconhecimento dos países obedece mais a imperativos políticos que jurídicos (Shaw, 2008, 146-147). Num *volte-face*, em 1971, a Assembleia-Geral da ONU votou favoravelmente o reconhecimento da RPC como únicos e legítimos representantes de todo o território chinês naquele organismo, ao passo que ficou deliberado expulsar os representantes nacionalistas. A partir de 1972, com o restabelecimento das relações diplomáticas entre os EUA e a China, que incluiu o encontro entre Nixon e Mao, e o posterior reconhecimento mútuo e o estabelecimento formal de relações de 1978 (Cunha, 2008, 37-47), a situação agrava-se e a ROC cai num progressivo isolamento internacional, embora tenha recebido protecção militar de Washington através do *Taiwan Relations Act* (TRA).

As Dinâmicas Quase-governamentais de Taiwan no Sistema Internacional

Desde a década de 1970 que a ROC tem vivido entre os interesses geopolíticos de Washington, que vai seguindo uma política de “ambiguidade estratégica”, e a inflexível política de unidade nacional de Pequim. O governo taiwanês sujeita-se a seguir uma “soberania funcional”, reconhecida internamente pelo poder normativo dos factos, mas estando internacionalmente destituída de reconhecimento, aparecendo na catalogação dos denominados “povos mudos”, tal como lhes chamou o presidente Sukarno (Monteiro, 2001, 24; Cunha, 2008, 97). A situação difícil destes povos levou à criação da Organização das Nações e Povos não Representados (*Unrepresented Nations and Peoples Organization: UNPO*), fundada em 1991 em Haia, a qual visa a representação de 50 milhões de pessoas sem voz internacional.¹²

Desde 1993 que a ROC tem intensificado a tentativa de representação na ONU, mas apesar de algum apoio internacional, tal como a resolução do Parlamento Europeu de 1997, tem sido rejeitada a tentativa de colocação na agenda daquele organismo. Em alguns casos Pequim vai usando o seu poder de veto para actuar contra o que se poderá designar por “Estados inimigos”, ou seja, aqueles que teimam em apoiar a posição taiwanesa na sua tentativa de afirmação internacional. Em 1997 e em 1999, a China vetou as resoluções para estabelecer uma missão de observação na Guatemala e para renovar outra das Nações Unidas na Macedónia, tendo em conta que estes países tinham relações diplomáticas com Taiwan (Wounters e Ruys, 2005, 11). Esta

conhecer de que os “nacionalistas deixaram de ter capacidade para representar o povo chinês” naquele organismo (Cunha, 2008, 33 *apud* Notícias de Macau).

¹² Veja-se <http://www.unpo.org/>

postura não retira a vontade da Formosa em tentar participar em organismos internacionais que sirvam os seus interesses. Um dos casos mais conhecidos é o esforço para entrar na Organização Mundial de Saúde (*World Health Organization: WHO*), com vista a proteger os direitos de saúde dos seus 23 milhões de habitantes. A verdade é que se trata de um actor que muito tem contribuído para o desenvolvimento do sector da saúde, em especial no combate a algumas pandemias que ameaçam a região asiática. Só muito recentemente conseguiu participar neste organismo como observador fazendo uso do nome de *Chinese Taipei* (Bradsher, 2009). Entretanto, os esforços diplomáticos alargam-se a outros organismos com relativo sucesso, sendo os de domínio económicos os que mais se salientam. Em 2002, Taiwan tornou-se membro de pleno direito na Organização Mundial de Comércio (*World Trade Organization: WTO*), embora sobre a designação de *Separate Customs Territory of Taiwan, Penghu, Kinmen, and Matsu*. Taiwan participa ainda em 27 outras organizações internacionais, incluindo o Banco de Desenvolvimento Asiático (*Asian Development Bank: ADB*), na figura de observador, mas também como membro associado em 21 outras, aparecendo com estatutos diferenciados (ver quadro 1).

Uma parte significativa dos organismos internacionais de que Taiwan é membro tem uma natureza económica, ou está vocacionado para as questões do desenvolvimento. As matérias relacionadas com segurança no estreito, que seriam de extrema importância para o futuro das relações bilaterais estão fora da agenda dos fóruns de discussão regional. Taiwan não participa na *Association of Southeast Asian Nations (ASEAN)* e nem na *ASEAN Regional Forum (ARF)*, organismos onde poderia multilateralmente debater e encontrar soluções para transformar o conflito. Ainda assim, está presente na *Asia-Pacific Economic Cooperation (APEC)* e no *Boao Forum for Asia*. Este último, é um organismo não governamental e sem fins lucrativos que junta, entre outros, líderes de governos, do mundo dos negócios e académicos da Ásia para partilhar ideias sobre questões de interesse comum (Boao Forum, 2010). Nesta instituição, a delegação taiwanesa tem oportunidade de discutir directamente com os quadros oficiais da RPC, embora as relações bilaterais não passem da esfera da informalidade. Alguns analistas dizem que encontros deste tipo são de extrema relevância ao permitirem que pessoas influentes de ambos os lados do estreito interajam e proporcionam uma boa oportunidade para “testar as águas” das matérias que a China está disposta a negociar (Taiwan Today, 2010). Limitada nas relações governamentais, é na denominada diplomacia não governamental, tanto através de interacções comunicacionais individuais, como através de processos estruturados ou dinâmicas espontâneas que se vão estabelecendo em rede, que o conflito entre a China e Taiwan tem encontrado factores de apaziguamento. Segundo Linjun Wu (1996, 45) as relações informais e sobretudo não oficiais ajudam Taiwan, pelo menos, a manter o *status quo* político,

Quadro 1
Participação e Estatuto de Taiwan em alguns Organismos Internacionais

Organismo	Designação	Organismo	Designação
Fundo Monetário Internacional (IMF: <i>International Monetary Fund</i>)	<i>Chinese Taipei</i>	Comité Internacional da Cruz Vermelha (ICRC: <i>International Committee of the Red Cross</i>)	<i>Republic of China</i>
Comité Olímpico Internacional (IOC: <i>International Olympic Committee</i>)	<i>Chinese Taipei</i>	Confederação Mundial do Trabalho (WCL: <i>World Confederation of Labour</i>)	<i>Taiwan</i>
Organização Mundial de Saúde (WHO: <i>World Health Organization</i>)	<i>Chinese Taipei (Observer)</i>	Organização Mundial de Saúde Animal (WOAH: <i>World Organization for Animal Health</i>)	<i>Taipei China</i>
Banco Mundial (WB: <i>World Bank</i>)	<i>Chinese Taipei</i>	Banco de Desenvolvimento Asiático (ADB: <i>Asian Development Bank</i>)	<i>Chinese Taipei</i>
Banco Centro-Americano de Integração Económica (BCIE: <i>Banco Centroamericano de Integración Económica</i>)	<i>Republic of China</i>	Sistema de Integração Centro-Americana (SICA: <i>Sistema de la Integración Centroamericana</i>)	<i>Republic of China</i>
Câmara de Comércio Internacional (ICC: <i>International Chamber of Commerce</i>)	<i>Republic of China</i>	Organização das Nações e Povos Não Representados (UNPO: <i>Unrepresented Nations and Peoples Organization</i>)	<i>Taiwan</i>
Conselho de Cooperação sobre Segurança na Ásia (CSCAP: <i>Council for Security Cooperation in the Asia Pacific</i>)	<i>Participation with individual capacity</i>	Organização Mundial do Comércio (WTO: <i>World Trade Organization</i>)	<i>Separate Customs Territory Taiwan, Pengu, Kinmen e Matsu</i>
Forum Boao para a Ásia (BFA: <i>Boao Forum for Asia</i>)	<i>Chinese Taipei</i>	Cooperação Económica Ásia-Pacífico (APEC: <i>Asia-Pacific Economic Cooperation</i>)	<i>Chinese Taipei</i>

Fonte: Silva, 2010, 169.

a prosperidade económica e a evitar ficar mais isolada internacionalmente. Taipé, de forma muito subtil, vai fazendo uso de uma diplomacia pragmática com muitos países que não lhes atribuem reconhecimento, através de escritórios comerciais, consulados ou outros organismos similares. A natureza destes fluxos diplomáticos é de semi-formalidade ou quase-governamentalidade com funções que procuram equivaler a embaixadas (Rawnsley, 2000, 22-48).

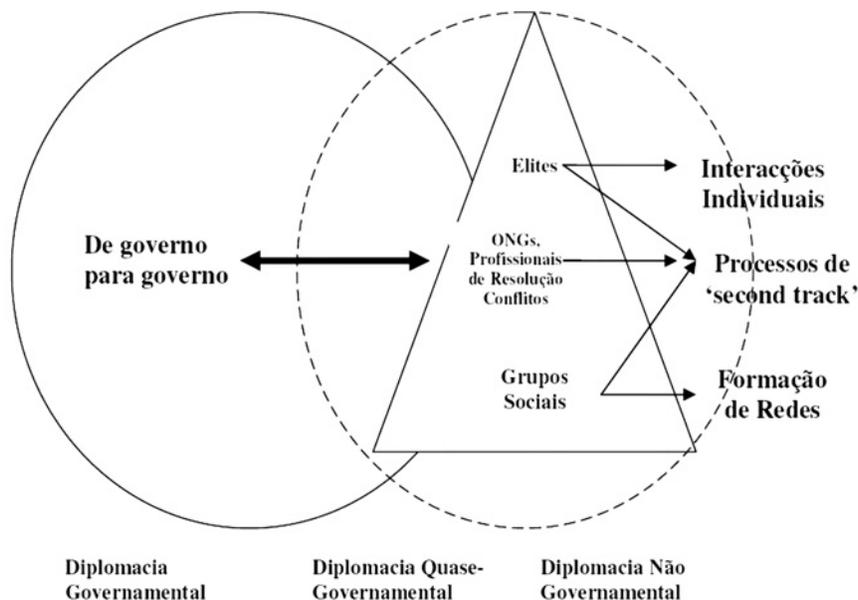
A Diplomacia não Governamental nas Relações Sino-Taiwanesas

O não reconhecimento da ROC por parte de Pequim obriga a que as relações bilaterais entre os dois governos sejam apenas possíveis através de encontros informais, fazendo uso de organizações não governamentais ou quase-governamentais, por vezes sob apertado secretismo. Trata-se, na verdade, de uma tendência que marca os fluxos comunicacionais globais, assentes em crescentes ligações e interacções na sociedade civil classificadas por Parag Khanna (2011) por “mega-diplomacia”, que consiste num jogo de coligações entre tecnocratas, activistas, empresários, filantropos, entre outros. As interacções desta natureza são muitas vezes apontadas como sendo de *second-track*, mas que no nosso entendimento é uma visão redutora de todas as dinâmicas possíveis uma vez que aquelas apenas se referem a processos de mediação com estruturas com alguma formalidade e bem organizadas. Elas começaram por aparecer associadas apenas as acções dos profissionais da resolução de conflitos e envolvendo ONG, mas gradualmente foram-se alargando a outras dinâmicas, como intercâmbios culturais e científicos, envio de delegações comerciais e equipas desportivas (Notter e Mcdonald, 1996). Neste sentido, as interacções de *second track* foram-se descentralizando até à acção individual e aos grupos da sociedade civil, estando na realidade cada vez mais próxima do conceito de “diplomacia *multi-track*”, na medida em que esta consegue incluir num mesmo sistema uma plêiade de actores e dinâmicas em acções de *peacebuilding*. Desta forma, para além da esfera governamental, que se estabelece de governo para governo, existe também uma esfera não governamental, que segundo a nossa interpretação e seguindo de perto os níveis de liderança propostos por John Lederach (1999, 37-61), deve ser dividida em três importantes dinâmicas, distintas mas interligadas: a intermediação das “elites de poder”¹³, políticas, académicas, económicas ou militares, entre outras,

¹³ As “elites de poder” podem ser definidas como pequenos grupos de pessoas que controlam uma dose substancial de poder, riqueza, privilégios e têm acesso facilitado aos meios políticos e ao seu processo de decisão (ICON Group International, 2008, 81).

fazendo uso das relações pessoais, os processos mais ou menos dirigidos de mediação de conflitos, normalmente apelidados de *second track*, envolvendo um leque variado de actores entre ONG, grupos religiosos ou profissionais de resolução de conflitos, e as dinâmicas colectivas e espontâneas da sociedade civil, não estruturadas, muitas das quais com crescente tendência para se institucionalizar (figura 1).

Figura 1
Esquema Representativo das Esferas de Envolvimento da Diplomacia Governamental, Quase-governamental e Não-governamental



Nas relações actuais entre a China e Taiwan encontramos, grosso modo, o enquadramento teórico anterior. Desde logo porque as dinâmicas ditas informais fazem parte da matriz cultural local, pois a Ásia tem uma tendência natural para este tipo de interações, visível, por exemplo, no código de conduta estabelecido entre os membros da ASEAN, cujo modelo é conhecido por *ASEAN Way* (Goh, 2003, 113-118). Por outro lado, as relações pessoais estão assentes na filosofia confucionista, conhecidas por *guanxi*, e são baseadas na defesa da interacção das pessoas e na confiança de uma nas outras. Estas relações, ao contrário da visão legalista, demasiado rígida, entram na lógica de favores e retribuições e são muito flexíveis.

As Interações não Governamentais: Individuais, Processuais e Reticulares

Para além das dinâmicas de quase-oficialidade que se estabelecem que os dois governos através do *Straits Exchange Foundation* (SEF) e da *Association for Relations Across Taiwan Strait* (ARATS),¹⁴ há um conjunto de interações totalmente fora da esfera governamental que pela sua relevância passamos a fazer referência. Desde logo, destacamos a actuação de alguns actores individuais da sociedade civil taiwanesa como agentes de *peacebuilding*, embora de alguma forma possam ter passado ou tenham relações próximas da esfera governamental. Muitos académicos, homens de negócios, líderes religiosos, entre outros, pertencentes a uma certa “elite de poder”, devido à sua enorme capacidade de envolvimento, autoridade e experiência, têm funcionado como intermediários ou interlocutores junto das autoridades chinesas e influenciado as políticas para a região.¹⁵ Personalidades como Terry Guo, por exemplo, um dos mais famosos empresários da elite económica de Taiwan, têm uma enorme capacidade de penetração e influência nos meios políticos chineses. Interessados no bom relacionamento entre as duas partes, muitos destes homens de negócio a operar na China – também conhecidos por Taishang – têm usado as suas ligações de *guanxi* e reforçado a cooperação bilateral (Hsing, 1998, 4). Por exemplo, o estabelecimento de voos directos entre os dois lados do estreito resultou da pressão da *China Airlines* de Taiwan (Entrevista, Huang, 2009). Algumas intervenções individuais têm sido feitas também através de encontros, conferências de cooperação económica na região como o caso da APEC, que já abordámos anteriormente. Embora não estejamos aqui perante um processo de mediação tradicional, as ligações informais e pessoais que se estabelecem nestes eventos tem um enorme potencial ao permitir troca de impressões, pontos de vista e sugestões cujos conteúdos são registados e chegam facilmente ao conhecimento de ambos os governos. De uma forma geral, estas elites taiwanesas tanto podem actuar como beneméritos em acções de responsabilidade social, como líderes de opinião junto dos quadros oficiais chineses, muitas vezes com relações pessoais com as elites políticas da China, participar em

14 Estes organismos resultaram de um processo negocial secreto ocorrido entre Hong Kong, Pequim e Taipé, impulsionado por empresários de Taiwan (Wachman, 2007, 7). Tratam-se, na verdade, de dois veículos negociais entre a RPC e a ROC, articulando-se como verdadeiros canais de negociação (Mendes, 2004, 182). Apesar de serem consideradas duas organizações não governamentais (ONG), mantêm estreitas ligações com os respectivos aparelhos políticos e são por eles comandados, pelo que não entram verdadeiramente no domínio não oficial.

15 As políticas oficiais chinesas, em especial a política externa, grosso modo, são mais ou menos influenciadas por: o Partido, o Conselho de Estado, o Exército Popular de Libertação, o sector empresarial, os governos locais, as instituições académicas e de investigação, a imprensa e os cidadãos (Jakobson e Knox, 2010; Leonard, 2008; Zhao, 2004).

fóruns regionais, em alguns em representação do governo taiwanês, mas também em processos de mediação. Trata-se de um conjunto de dinâmicas que passam pela comunicação, convivência, amizade, influência e mediação. Um exemplo interessante foi protagonizado Chang Yung-fa, fundador do grupo taiwanês *Evergreen*, quando na década de 1990 procurou intermediar um encontro secreto entre o presidente de Taiwan, Lee Teng-hui e o presidente chinês, Jiang Zemin, a ocorrer num navio no meio do estreito de Taiwan (Kyodo News, 2005). Embora a iniciativa não fosse finalizada, em parte devido às transformações políticas que na altura decorriam na ilha, percebe-se a capacidade de envolvimento de um só indivíduo na esfera política chinesa. Em termos de participação em fóruns ou conferências regionais, importa notar que o governo taiwanês está ausente das principais plataformas de diálogo multilaterais, como o caso da ASEAN ou da *ASEAN Regional Forum*, e nas que participa, como o caso da APEC, apesar da oportunidade que representa, apresenta bastantes condicionalismos. Ainda assim, o ingresso nestas iniciativas semi-oficiais tem uma enorme importância, mesmo que com limitações. Muitas vezes acontece que, após a realização das sessões de trabalho decorrem momentos de confraternização que se designam por *hallway chats*, ou seja, as “conversas de corredor”, onde, frequentemente, de forma descontraída, são afloradas as questões mais sensíveis, os pontos de vista pessoais, e feitos até pedidos e sugestões. Nestas trocas de opiniões, é normal os representantes chineses aligeirarem as posições oficiais, funcionando estes diálogos como *Confidence Building Measures* (CBM), o que simultaneamente os coloca na ação preventiva do conflito (Lanteigne, 2005, 96). E se nos *fora* económicos ainda é possível encontrar representantes taiwaneses, nas questões de segurança a “Questão de Taiwan” está totalmente bloqueada nas agendas, embora muitas vezes as questões económicas abram espaço para as de segurança. Destacamos ainda Zhengyan, líder budista da *Tzu Chi Association* (Ciji), que apesar de procurar não imiscuir-se em matérias políticas, as suas actividades no campo humanitário na China Popular têm sido um enorme factor de socialização e integração na região (Liberté, 2004, 86).

A par das conferências ou fóruns de cariz económico, as quais proporcionam um misto de intermediações individuais, devemos falar também de processos de *second track*, aqueles que verdadeiramente se especializam em casos de mediação e discussão de questões de segurança. É sobretudo neste tipo de organismos, em que normalmente juntam ONG, grupos religiosos ou académicos e também alguns líderes da elite que falámos anteriormente, que os representantes de Taiwan podem encontrar mais algum espaço para a discussão das temáticas mais quentes, mas que mesmo assim a RPC procura vedar os diálogos. O caso mais interessante é o do CSCAA criação deste organismo em 1993, enquadrado no guarda-chuva

institucional da ASEAN e ancorado ao ARF, tem procurado preencher as lacunas deste último ao acolher e promover de forma consistente as iniciativas de natureza informal. Na verdade, a participação taiwanesa neste organismo também foi muito criticada por Pequim. A China optou por ver o CSCAP como uma instituição semi-governamental em vez de não-governamental, pelo que só em 1995 é que se junta a este organismo. Tudo isto depois de esclarecer que a participação de Taiwan será, como noutros organismos, sobre “condições muito controladas” (Lanteigne, 2005, 95). Trata-se de uma instituição vocacionada para a promoção da cooperação e do diálogo nas questões de segurança regional, sendo dotado de uma substancial dose de autonomia capazes de explorar e reinventar as oportunidades criadas. A grande vantagem do CSCAP em relação ao ARF é a sua maior flexibilidade, independência, informalidade e, sobretudo, o seu carácter inclusivo, ao procurar acolher membros ou participantes para lá da esfera estatocêntrica. O *modus operandi* passa por intermediar discussões de grupos representativos da sociedade civil, como institutos, universidades, organizações não-governamentais, passando pelo universo empresarial até ao governo (Evans, 2000, 163). A função mais importante deste organismo é filtrar os contributos da investigação académica e outras discussões, através dos seus grupos de trabalho e transportá-las até diplomatas e quadros de segurança dos países membros. Encontramos vários exemplos de sucesso alcançados com os *workshops* do CSCAP, cujos especialistas envolvidos levaram, por exemplo, à harmonização do uso de tecnologias nas exportações, emissão de um memorando sobre protocolos de cooperação marítima, estudos sobre desenvolvimento da capacidade regional em acções de *peacekeeping* e consultas com o ARF sobre conceitos e princípios de diplomacia preventiva (Williams e Job, 2007, 7-10).

Apesar de o CSCAP ser provavelmente a instituição mais importante na Ásia Oriental, do âmbito da diplomacia de *second track*, podemos encontrar outras iniciativas onde representantes de Taiwan têm oportunidade de participar. Temos, por exemplo, o *Shangri-La Dialogue*, um organismo que oscila entre a diplomacia formal e informal (para alguns *track 1.5*), que junta delegações governamentais encabeçadas por ministros da defesa e outros oficiais da região da Ásia-Pacífico (Weissmann, 2008, 73). Taiwan não participa oficialmente no corpo principal dos trabalhos, mas costuma enviar uma pequena delegação não oficial. Na edição de 2009, por exemplo, na delegação taiwanesa estiveram presentes como “convidados” Li Fu-kuo, da Universidade Nacional de Chengchi e Andrew Yange, do *Chinese Council of Advanced Policy* e Philip Yang, da Universidade Nacional de Taiwan (Minnick, 2009). Referimos ainda o *Northeast Asia Cooperation Dialogue* (NEACD), o *East Asian Vision Group* (EAVG) e o *Network of East-Asian Think Tanks* (NEAT) como importantes organismos de diplomacia não governamental na região, este último

promovido pelo governo chinês pelo que não conta com a participação de Taipé, pelo menos de forma directa (Weissmann, 2008, 71-73).

Na base das interacções não governamentais devemos ainda abordar os grupos da sociedade civil e as redes que estabelecem entre si, cujas dinâmicas embora escapem à imagem da diplomacia e mediação tradicional, são de um enorme potencial para a transformação do conflito. É interessante verificar como ao longo de décadas as imposições políticas não demoveram a sociedade civil a interagir, mesmo sob o risco de severas sanções. Desde a década de 1980, com a abertura do presidente Chiang Ching-kuo, que se intensificaram os fluxos entre os dois lados do estreito, impulsionando uma integração progressiva das duas comunidades, no que Yung Wei (1997) considera como “comunidades de ligação”.¹⁶ Os grupos sociais em escala e importância tornaram-se um elemento central como pressão perante autoridades oficiais chinesas, sobretudo locais (Lee, 2010, 37-71), mas também na transformação das mentalidades colectivas. No geral, trata-se de grupos de pessoas unidas com o mesmo propósito que vão desenvolvendo amplos contactos com o sistema oposto, ganhando entre si uma crescente empatia, compreensão e novas sensibilidades (Wei, 1997, 23-24). As dinâmicas desta natureza criam uma espécie de *local knowledge*, em que as dinâmicas do dia-a-dia fazem com que o pensamento fique ao serviço da acção. Em vez de se aplicarem técnicas formais de aproximação, as pessoas desenvolvem soluções de oportunidade (Rogoff, 1999, 7). As redes de negócio, académicas, culturais e religiosas estabelecidas entre chineses e taiwaneses de ambos os lados do estreito são exemplos destas dinâmicas. Um simples concerto de música, um encontro de entusiastas de uma determina arte, a actividade comercial, as ligações pela internet ou torneios desportivos são factores não só de socialização como na formação de elos de ligação que se vão reforçando com o tempo. Nestas interacções são partilhadas preocupações comuns, experiências e conhecimentos que muitas vezes se vão institucionalizando. É normal que após a criação de estruturas mais formais estes organismos ganhem protagonismo e possam posteriormente participar em iniciativas de mediação. Em parte este fenómeno é fomentado pelas novas tecnologias da comunicação e informação, em sintonia com os conceitos de “Sociedade em Rede” de Manuel Castells (2010) ou da “Aldeia Global” de Marshall McLuhan (1962). Numa sociedade interligada desta forma, mesmo o simples comentário entre amigos ao jantar pode funcionar como um bater de asas de uma borboleta e iniciar uma tempestade de reconcilia-

16 No original *linkage community*.

ção ou uma escalada de um conflito com “seis graus de separação” (Nan, 2008, 113).¹⁷ Para o bem e para o mal, as redes estão a ganhar aceitação generalizada, deslocando as tradicionais fontes de poder, diversificando os canais comunicacionais e influenciando as políticas públicas (Famula e Florez, 2006, 10).

Conclusão

O conflito que divide a ilha de Taiwan da China continental ultrapassa em muito os ditames jurídicos, revelando-se uma questão predominantemente política. O isolamento que a ROC se vê forçada a enfrentar no sistema internacional, vai limitando a sua acção diplomática e deixa poucas oportunidades para que o diferendo seja debatido nos fóruns internacionais. Ao entendermos esta como uma “questão” capaz de provocar repercussões regionais e até globais, seria importante levar esta matéria processos de discussão sobre segurança, tal como o ARF. Não é assim o entendimento de Pequim, por a considerar uma problemática “interna”, blindando grande parte da acção diplomática taiwanesa. A verdade é que as limitações impostas pela China não são suficientes para impedir os insulares de encontrarem formas alternativas de contactos na cena internacional, ou seja, de usarem um conjunto de canais diplomáticos não governamentais. A par de uma subtil série de consulados e escritórios comerciais que lhe vão permitindo interagir internacionalmente numa quase-oficialidade, uma parte em relações directas com Pequim, Taiwan e as relações com a China popular beneficiam ainda de um conjunto de dinâmicas fora da esfera governamental. Entre elas destacamos as acções das “elites de poder” ligadas, sobretudo, ao sector económico-financeiro e académico, os processos de *second track*, como o caso do CSCAP e outras estruturas regionais, ou ainda as interacções espontâneas da sociedade civil, estas não estruturadas embora por vezes com tendência para a institucionalização. Algumas das recentes políticas de cooperação e abertura das duas partes, em que se inclui um abrandamento dos discursos, parece estar a responder às aspirações da sociedade civil demonstrada em todas aquelas interacções. A verdade é que ambas as comunidades – taiwanesa e chinesa – vão entrando num processo gradual de integração, desmistificando velhas ideias, aumentando a compreensão mútua e a confiança. Destacamos, por exemplo, o papel de alguns filantropos de Taiwan na ajuda ao desenvolvimento na China que,

¹⁷ No original *Six Degrees of Separation*, conceito criado por Frigyes Karinthy e popularizado na peça com o mesmo nome de John Guare, que alude às ligações em redes humanas de cada indivíduo com os demais na terra, em média com pelo menos seis pessoas (Nan, 2008, 112).

desta forma, vão contribuindo para um processo gradual de unidade, bem como as conferências conjuntas entre académicos de ambos os lados para discussão de questões de interesse comum, ou a acção pacificadora de grupos religiosos como a Ciji. Estes e outros factores de igual importância ajudam, por um lado, à partilha de experiências, pontos de vista e percepções conjuntas; por outro, têm a capacidade de influenciar os decisores políticos, provocando nestes uma vontade de tomar medidas que favoreçam a integração dos dois povos.

Bibliografia

- Azar, E., 2003. "Protracted Social Conflicts and Second Track Diplomacy", in Davies, J. e Kaufman, E. (Eds.), *Second Track/Citizens Diplomacy – Concepts and Techniques for Conflict Transformation*. Oxford: Rowman & Littlefield Publishers, 15-30.
- Boao Forum for Asia, 2010. Disponível em: <http://www.boaoforum.org/Html/home-en.as> Acedido em 18/12/2010.
- Bradsher, K., 2009. "Taiwan Takes Step Forward at U.N. Health Agency", *The New York Times*. Disponível em: <http://www.nytimes.com/2009/04/30/world/asia/30taiwan.html>. Acedido em 10/01/2011.
- Carrico, Alexandre, 2006. *De Cima da Grande Muralha: Política e Estratégia de Defesa Territorial da República Popular da China, 1949-2010*. Lisboa: Prefácio.
- Castells, M., 2010. *The Rise of the Network Society: The Information Age: Economy, Society, and Culture*, vol. 1. West Sussex: Wiley-Blackwell.
- Chigas, Diana, 2003. *Track II (Citizen) Diplomacy*. Beyond Intractability Version IV. Disponível em: http://www.beyondintractability.org/essay/track2_diplomacy/. Acedido em 28/06/2010.
- Clements, J., 2004. *Coxinga and the Fall of the Ming Dynasty*. Gloucestershire: Sutton Publishing.
- Cunha, L., 2008. *China – Cooperação e Conflito na Questão de Taiwan*, Lisboa: Prefácio.
- Dixon, M., 2007. *Textbook on International Law*. Oxford: Oxford University Press.
- Evans, M., 2000. "Assessing the ARF and CSCAP" in Tien, H. e Chieng, T. (Eds.) *The Security Environment in the Asia-Pacific: Many Problems, Few Building Blocks* (154-172). New York: ME Sharpe.

- Famula, K., Florez, G., 2006. "How to Build Peace Networks", *European Peace University Research Paper*, 02/06. Stadtschlaining: European Peace University.
- Garrison, J., Philips, J., 1989. *The New Diplomats – Citizens as Ambassadors for Peace*. Devon: Green Books.
- Goh, G., 2003. "'The 'ASEAN Way' – Non Intervention and ASEAN's Role" in *Conflict Management, Stanford Journal of East Asian Affairs*, 113-118.
- Heidelberg Institute for International Conflict Research, (HIIK) 2010. *Conflict Barometer 2010*, Heidelberg: HIIK. Disponível em: <http://www.hiik.de/en/konfliktbarometer/>. Acedido em 20/01/2011.
- Hsing, Y., 1998. *Making Capitalism in China – The Taiwan Connection*. Oxford: New York.
- Huang, S., 2009. Director da *Bush Taiwan Corporation*, entrevistado pelo autor em Taipé, 23 de Junho.
- ICON Group International, 2008. *Sociologies: Webster's Quotations, Facts and Phrases*, California: ICON Group International.
- Jakobson, L., Knox, D., 2010. "New Foreign Policy Actors in China", *SIPRI Policy Paper*, 26 September, Solna: SIPRI.
- Kaplan, R. D., 2010. "The Geography of Chinese Power", *Foreign Affairs*, May/June, 22-41.
- Kaye, D. D., 2007. *Talking to the Enemy – Track Two Diplomacy in the Middle East and South Asia*. Santa Monica: Rand.
- Khanna, P., 2011. *How to Run the World: Charting a Course to the Next Renaissance*. New York: Random House.
- Kyodo News, 2005. *Lee Says Canceled Secret Summit with China for Sake of Democracy*, February 3. Disponível em <http://asia.news.yahoo.com/080203/Kyodo/d8uinffg0.html>. Acedido em 8/04/2009.
- Lanteigne, M., 2005. *China and International Institutions: Alternative Paths to Global Power*. New York: Routledge.
- Lederach, J. P., 1999. *Building Peace: Sustainable Reconciliation in Divided Societies*. Washington: United States Institute of Peace Press.
- Lee, C., 2010. "Taiwanese Entrepreneurs and Local Chinese Governments", *Journal of Current Chinese Affairs*, 37-71.

- Leonard, M., 2008. *What Does China Think?* London: Fourth Estate.
- Liberté, A., 2004. *The Politics of Buddhist Organizations in Taiwan, 1989-2003: Safeguarding the Faith, Building a Pure Land, Helping the Poor.* New York: Routledge.
- Lin, A. C. J., Keating, J. F., 2008. *Island in the Stream: A Quick Case Study of Taiwan's Complex History,* Taipei: SMC Publishing.
- Malanczuk, P., 2007. *Akehurst's Modern Introduction to International Law.* New York: Routledge.
- McDonald, J., 1993. "Guidelines for Newcomers to Track Two Diplomacy", *Occasional Paper* no. 2, Institute for Multi-Track Diplomacy. Arlington: IMTD.
- McLuhan, M., 1962. *The Gutenberg Galaxy: The Making of Typographic Man.* Toronto: University of Toronto Press.
- Mendes, Carmen Amado, 2004. "O Conflito no Estreito de Taiwan - 'Uma China, Uma Nação, Dois Lados?'" , Gonçalves, Arnaldo M. A. (Coord.) *O Diálogo Europa-China-Ásia-Pacífico: Desafios e Turbulências no Século XXI.* Leiria: Magno Edições, 175-197.
- Micklethwait, J., 2010. "Treme Leviatã", *O Mundo em 2011 - The Economist*, 8-10.
- Minnick, W., 2009. "Taiwan Issues Discussed Backstage at Shangri-La", *Defense News.* Disponível em: <http://www.defensenews.com/story.php?i=3558147&c=AME&s=TO> Acedido em 24/01/2011.
- Monteiro, R. L., 2001. *A África na Política de Cooperação Europeia.* Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Nan, S. A., 2008. "Conflict Resolution in a Network Society", *International Negotiation*, 13, 111-131.
- Naughton, B., 1997. *The China Circle: Economies and Technology in the PRC, Taiwan and Hong Kong.* Washington: Brookings Institution Press.
- Notter, J., McDonald, J., 1996. *Track Two Diplomacy: Nongovernmental Strategies for Peace.* Denver: Institute for Multi-track Diplomacy.
- Raič, D., 2002. *Statehood and the Law of Self-determination.* Hague: Kluwer Law International.
- Rawnsley, G. D., 2000. *Taiwan's Informal Diplomacy and Propaganda.* Basingstoke: Palgrave Macmillan.

- Rogoff, B., 1999. "Introduction: Thinking and Learning in Social Context" in Rogoff, B. e Lave, J., (Eds) *Everyday Cognition: Development in Social Context*. London: Harvard University Press, 1-8.
- Roy, D., 2003. *Taiwan: A Political History*. Ithaca: Cornell University Press.
- Said, E., 1978. *Orientalism*. New York: Pantheon.
- Shaw, M. N., 2008. *International Law*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Silva, J. T., 2008. "New Trends in the Taiwan Strait Conflict: the Cooperative and Quarrelsome Framework" in Tomé, L. (Ed.) *East Asia Today*. Lisboa: Prefácio, 321-340.
- Silva, J. T., 2009. "O Porto Paquistanês de Gwadar no Enquadramento Geopolítico da República Popular da China", *Geopolítica*, Junho, 221-251.
- Silva, J. T., 2010. "A Condição Internacional de Taiwan e a Abertura de Canais Diplomáticos Submersos como Janela de Oportunidade: o Caso do CSCAP", *Universitas: Relações Internacionais*, 8, 2, 163-179.
- Taiwan Today, 2010. *Cross-strait Leaders to Talk Business at Boao Forum*. Taipei: Government Information Office. Disponível em: <http://www.taiwantoday.tw/ct.asp?xitem=98119&CtNode=414>. Acedido em 28/12/2010.
- Teng, E. J., 2004. *Taiwan's Imagined Geography - Chinese Colonial Travel Writing and Pictures, 1683-1895*. Taipei: SMC Publishing.
- Wachman, A. M., 2007. *Why Taiwan? Geostrategic Rationales for China's Territorial Integrity*. Stanford: Stanford University Press.
- Wei, Y., 1997. "'Multi System Nations', 'Linkage Communities' and 'Intra-National Commonwealth': General Concepts on the Unification of Divided States and Their Application to the Chinese as Well as Korean Cases". *New Asia* 4, 17-33.
- Weissman, M., 2008. "Peacebuilding in East Asia: The Role of Track 2 Diplomacy, Informal Networks, and Economic Social, and Cultural Regionalization" in Bercovitch, Jacob et al (Eds.) *Conflict Management, Security and Intervention in East Asia - Third-party Mediation in Regional Conflict*. London & New York: Routledge, 66-78.
- Williams, E. E., Job, B. L., 2007. The Imperative of Multilateral Security Cooperation, in Job, Brian L., (Ed.) *CSCAP Regional Security Outlook 2007*. Vancouver: CSCAP, 1-12.

Wouters, J., Ruys, T., 2005. *Security Council Reform: A New Veto for a New Century?*. Gent: Academia Press.

Wu, L., 1996. "Limitations and Prospects of Taiwan's Informal Diplomacy", in Henckaets, J., (Ed.) *The International Status of Taiwan in the New World Order: Legal and Political Considerations*. London: Kluwer Law International, 35-52.

Zhao, S., (Ed.) (2004) *Chinese Foreign Policy – Pragmatism and Strategic Behaviour*. London: M.E. Sharpe.